



## ATA N.º 18/2024

**Data da reunião ordinária: 19/09/2024**

**Início da reunião: 14:00 horas**

**Fim da reunião: 16:30 horas**

A respetiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente ata.

**Membros que comparecem à reunião:**

**Presidente:**

Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves

**Vereadores**

Ana Isabel Alves Dias

José Moura Rodrigues

José Fernando Pereira Capela

Jorge Carneiro Morais Fidalgo

Manuel António Fernandes

**Ausências:**

Sandra Manuela Justo Alves de Sousa

**Responsável pela elaboração da ata:**

**Nome:** Maria Fernanda Dinis Moreira

**Cargo:** Chefe da Divisão Administrativa



**ATA N.º 18**  
**Reunião ordinária da Câmara**  
**Municipal de Montalegre, realizada**  
**no dia 19 de setembro de 2024.**

No dia dezanove do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Montalegre, sob a presidência da Senhora Presidente da Câmara Dra. Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, e com a participação dos Senhores Vereadores Dra. Ana Isabel Alves Dias, Dr. José de Moura Rodrigues, Dr. José Fernando Pereira Capela, Dr. Jorge Carneiro Morais Fidalgo, Manuel António Fernandes e comigo, Maria Fernanda Dinis Moreira, na qualidade de secretária. \_\_\_\_\_

Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, quando eram catorze horas, foi declarada aberta a reunião, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia, disponibilizada aos membros do executivo, no dia dezassete de setembro de dois mil e vinte e quatro, na plataforma de gestão documental sharepoint, cujo teor se transcreve infra, documento que vai ficar arquivado no maço de documentos relativos a esta reunião sob a forma *de doc. n.º 1*. \_\_\_\_\_

**1- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA N.º 16/2024, RELATIVA À REUNIÃO ORDINÁRIA DE 19 DE AGOSTO.**

**2- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.**

**3- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

**3.1. PROGRAMA ABEM: REDE SOLIDÁRIA DO MEDICAMENTO – PROPOSTA;**

**3.2. PROGRAMA “OLHARES PELA MATERNIDADE” – PROPOSTA;**

**3.3. CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO À FAMÍLIA – COMPONENTE SOLIDÁRIA - 2º FILHO E SEQUITES – PROPOSTA;**

**3.4. APOIO AO TRANSPORTE DE ALUNO – PROCESSO N.º 67/03/ASC-A/2024 – PROPOSTA;**

**3.5. APOIO AO TRANSPORTE DE ALUNA COM PARALISA CEREBRAL – PROCESSO N.º 68/04/ACS-A/2024 – PROPOSTA;**

**3.6. CARTÃO MUNICIPAL DO BOMBEIRO – PROPOSTA;**

**3.7. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE MONTALEGRE E O CENTRO DESPORTIVO E CULTURAL DE MONTALEGRE – PROPOSTA;**

**3.8. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE MONTALEGRE E A ACADEMIA DE FUTEBOL E FUTSAL ABELHAS AZUIS – PROPOSTA;**

**3.9. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE MONTALEGRE E O GRUPO DESPORTIVO ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE VILAR DE PERDIZES – PROPOSTA;**



3.10. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE MONTALEGRE E O GRUPO DESPORTIVO DE SALTO – PROPOSTA;

3.11. RELAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS NO PERÍODO DE 03/09/2024 A 16/09/2024 – CONHECIMENTO;

3.12. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREIRA N.º 178/2024 – CONHECIMENTO;

3.13. 2ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ANO 2024, ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA – ANO 2024, ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA – ANO 2024, ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO ATIVIDADES MUNICIPAIS – ANO 2024, ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO PLURIANUAL INVESTIMENTOS – ANO 2024;

3.14. FORMALIZAÇÃO DA CEDÊNCIA A TÍTULO GRATUITO DA FRAÇÃO "C", DO PRÉDIO CONSTITUÍDO EM PROPRIEDADE HORIZONTAL, SITO NA BORRALHA - BAIRRO NOVO, FREGUESIA DE SALTO – PROPOSTA;

3.15. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE MONTALEGRE E A FORÇA AÉREA PORTUGUESA – RATIFICAÇÃO;

4 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO.

I

ATAS

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA N.º 17/2024, RELATIVA À REUNIÃO ORDINÁRIA DE 06 DE SETEMBRO. \_\_\_\_\_

DELIBERAÇÃO: A câmara municipal, depois de ter dispensado a sua leitura com fundamento em ter sido distribuída conjuntamente com a ordem do dia da presente reunião, passou à discussão e votação da aludida ata e deliberou, por unanimidade, a sua aprovação. \_\_\_\_\_

II

– ANTES DA ORDEM DO DIA –

2.1 - JUSTIFICAÇÃO DA AUSÊNCIA DA SENHORA VEREADORA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA DRA. SANDRA MANUELA JUSTO ALVES DE SOUSA. \_\_\_\_\_

O senhor vereador da oposição Dr. José de Moura Rodrigues solicitou a justificação da ausência da senhora vereadora Dra. Sandra Manuela Justo Alves de Sousa que por motivo de férias, não pode estar presente nesta reunião. \_\_\_\_\_

DELIBERAÇÃO: A câmara municipal, deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea c), do artigo 39.º do Anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, justificar a referida falta. \_\_\_\_\_

Intervenções: \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente da Câmara Dra. Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves abriu o período antes da ordem do dia, com a apresentação de uma nota de pesar pelo falecimento do Dr. António Carneiro Chaves, a qual para os devidos efeitos se passa aqui a transcrever na íntegra: "PROPOSTA - Voto de Pesar: Dr. António Carneiro Chaves \_\_\_\_\_

O desaparecimento físico do Dr. António Chaves constituiu uma enorme perda para todo o Barroso e foi motivo de grande pesar para inúmeros barrosões que beneficiaram da sua sabedoria, atenção e carinho. Nobre cidadão desta terra, que serviu e amou, deu-se aos Barrosões a quem qualificou e abriu horizontes. \_\_\_\_\_

FALV

Tendo frequentado o ensino primário em Negrões e Gralhós, licenciou-se em Economia, no Instituto Superior de Economia de Lisboa, e fez uma pós graduação em Economia Europeia, no Instituto de Estudos Europeus da Universidade Livre de Bruxelas, tendo sido bolseiro do Instituto para a Alta Cultura do Governo Belga, e da Gulbenkian para a especialização em Economia Europeia. \_\_\_\_\_

Foi docente, consultor e empresário. Foi nomeado presidente da Comissão Administrativa da Cooperativa Agrícola de Montalegre no pós 25 de Abril de 1974. \_\_\_\_\_

Homem de cultura, colaborou, desde muito jovem, na imprensa regional, estando ligado a várias associações dedicadas à área da cultura e a projetos socioculturais da sua região. \_\_\_\_\_

Foi correspondente da RTP e do Semanário O Jornal e colaborador de outros órgãos de informação, durante a sua permanência na Bélgica. \_\_\_\_\_

Autor de várias obras e foi sócio da Academia de Letras de Trás-os-Montes, tendo ocupado as funções de Presidente da Direção. \_\_\_\_\_

O seu percurso académico e profissional determinaram uma carreira que honra o berço donde proveio e, sobretudo, a dedicação permanentemente à cultura e investigação, aliadas à simplicidade no trato, que fazem dele um dos grandes vultos da intelectualidade barrosã. \_\_\_\_\_

O que fica é a memória, a que agora rendemos homenagem, deste cidadão exemplar pelo que proponho a aprovação deste Voto de Pesar. \_\_\_\_\_

Montalegre, 18 de Setembro de 2024. A Presidente da Câmara - Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves.” \_\_\_\_\_

Terminada a leitura do voto de pesar apresentado pela Senhora Presidente da Câmara, foi este voto posto à votação. \_\_\_\_\_

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o voto de pesar referido em epígrafe pelo falecimento do Dr. António Carneiro Chaves. \_\_\_\_\_

À Divisão Administrativa para os devidos efeitos. \_\_\_\_\_

Prosseguindo, interveio o senhor vereador do Partido Social Democrata Dr. José Rodrigues começando por lembrar, o pedido que já tinha efetuado há algum tempo, sobre a marcação de uma reunião com a equipa técnica que está a fazer a revisão do Plano Diretor Municipal(PDM). Referiu que, gostava que esse pedido de reunião, fosse agendado o quanto antes porque os vereadores da oposição estão disponíveis para essa marcação logo que a Senhora Presidente o pretenda fazer. Passando a outro assunto, afirmou que tem ideia de que as piscinas municipais ainda não abriram, porém na última reunião de câmara, foi dito pela Senhora Presidente que se aguardava uma resposta por parte da escola, para ver se queriam utilizá-las para aulas de natação, e se a escola não estivesse interessada, então esse equipamento, abriria no dia dezasseis de setembro. Contudo, pelo que lhe foi dado constatar, as piscinas não abriram, pelo que pergunta qual é o motivo que impede essa abertura. Por último, apresentou uma interpelação escrita sobre o rallycross, a qual seguidamente se passa a transcrever na íntegra: \_\_\_\_\_

“Exma. Sr.ª Presidente da Câmara Prof.ª Fátima Fernandes \_\_\_\_\_



## INTERPELAÇÃO

Na reunião de Câmara de 18.04.2024, disse que estavam a ponderar acabar com o Mundial de RallyCross em Montalegre. Disse, por exemplo que “há um contrato e os contratos honram-se”, que “para o ano é outra vida”, “para o ano já não há contrato nenhum” e que, “portanto, Sr. Vereador, agora diga à boca cheia que foi porque pressionou muito ... que não vamos renovar o contrato”. Entretanto, no passado dia 07.09.2024, o primeiro dia do Mundial deste ano, disse à Rádio Montalegre que “temos todo o direito a aspirar a mais 25 anos [de Pista Automóvel]”, que “25 anos são aquilo que merecemos depois de um investimento grande”, porque “temos uma das melhores pistas do mundo”. Sr.ª Presidente, estamos confusos: afinal, o Mundial de RallyCross vai continuar em Montalegre ou não? E se não vai continuar, o que vão fazer com as instalações da Pista Automóvel do Larouco, na qual foram investidos muitos milhões de euros de dinheiros públicos? Por outro lado, diz-se por aí que Montalegre até estava interessada em renovar o contrato com a Federação Internacional do Automóvel (FIA), mas que Lousada se antecipou e já terá assinado contrato para organizar a prova portuguesa do Mundial durante vários anos. Isto é verdade, Sr.ª Presidente? \_\_\_\_\_

Montalegre, 19.09.2024. Os vereadores do Partido Social Democrata – José de Moura Rodrigues - José Fernando Pereira Capela.” \_\_\_\_\_

O senhor vereador do Partido Social Democrata Dr. José Fernando Capela interveio para perguntar, relativamente, à obra de Caniçó a qual foi adjudicada por um montante, que ronda o valor de cento e sessenta e sete mil euros, o que é que dessa obra, é exatamente para executar. Referiu que lhe parece, que andam no local algumas confusões e problemas com os proprietários dos terrenos para onde a obra está prevista, pelo que gostava de ser esclarecido sobre os problemas que efetivamente existem. Apresentou de seguida, um segundo assunto que tem a ver com a marca de exploração da feira de Montalegre uma vez que, na reunião de câmara do dia vinte de junho a senhora Vice-Presidente tinha afirmado que, na primeira semana de julho, já se teria a marca de exploração aprovada. Constata, porém, que ainda não há marca de exploração e por isso gostava de saber como está esta situação. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente da Câmara interveio, começou por responder ao senhor vereador Dr. José Rodrigues, dizendo que vai procurar agendar uma reunião com a equipa técnica da revisão do Plano Diretor Municipal. Esclareceu que, tal como o senhor vereador da oposição sabe, já tinha sido feita a primeira reunião com toda a comissão e, a maioria dos pareceres emitidos foram favoráveis. Por seu lado, a CCDR, emitiu também um parecer favorável, porém com algumas condicionantes, as quais a equipa técnica está agora a tratar. \_\_\_\_\_

O senhor vereador Dr. José Rodrigues perguntou que sobre que versaram concretamente esses esses pareceres favoráveis que foram emitidos. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que, esses pareceres eram relativos à proposta que foi apresentada pelo executivo porque como disse, já tinha sido realizada uma primeira reunião com a comissão. \_\_\_\_\_



O senhor vereador Dr. José Rodrigues questionou, se já havia uma proposta do Plano Diretor Municipal. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente da Câmara respondeu já há uma proposta, na qual a equipa técnica, foi trabalhando ao longo dos anos, considerando a legislação que entretanto foi saindo, designadamente, naquilo que diz respeito ao território do Parque Nacional da Peneda-Gerês, o qual como todos sabem, tem aprovações diferenciadas, estando essa parte já aprovada. Agora, seguia-se o procedimento normal, que é apresentar uma proposta de definição, sobretudo, das áreas urbanas, daquilo que é REN e RAN e, essa proposta já foi presente à primeira reunião da comissão, há uns meses. Acontece que, as entidades parceiras que estão presentes obrigatoriamente nessa reunião, emitiram parecer favorável sobre essa proposta, incluindo a CCDR que é, a entidade que tem um peso maior porque aprova o PDM. Porém esta entidade, colocou algumas condicionantes porque precisa de certos esclarecimentos, estando presentemente a equipa técnica a trabalhar sobre isso. Referiu que, se, entretanto, o senhor vereador pretender neste momento, algum esclarecimento mais profundo sobre este assunto, manda chamar o Chefe da Divisão, Engenheiro Quintanilha, responsável por este procedimento, que poderá explicar-lhe com mais detalhe tudo o que se está a passar com este processo. \_\_\_\_\_

O senhor vereador Dr. José Rodrigues afirmou que, o que os vereadores da oposição pretendem, é reunir com a equipa técnica que está a trabalhar na revisão do PDM, para que possam perceber, quais são as opções que nesse âmbito estão a ser tomadas. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que as opções são as deste executivo porque é quem está a gerir o território e, por isso, não são da equipa que foi contratada para trabalhar na revisão do PDM. \_\_\_\_\_

O senhor vereador Dr. José Rodrigues insistiu que, quer falar com a equipa técnica porque precisa de saber, quais são as opções tomadas para a revisão do PDM. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente da Câmara esclareceu que a equipa técnica, está a fazer aquilo que politicamente foi determinado pela câmara, no respeito pelas entidades e parceiros, de acordo com as condicionantes que existem. Nestes termos, disse que a equipa não vai dizer quais as opções que foram tomadas, se o senhor vereador quiser saber quais são, então, há um Chefe de Divisão dos serviços que tem a responsabilidade de elaborar o PDM que poderá dar os esclarecimentos que pretender, uma vez que o trabalho da equipa que está a fazer a revisão do PDM é tão só e apenas um trabalho técnico. Referiu que, a equipa técnica não dará, ao senhor vereador as respostas sobre as opções que foram tomadas neste processo porque, como já disse, essas são da competência de quem está a gerir o território, ou seja, deste executivo e de uma forma muito específica da Presidente da Câmara. Deste modo, afirmou que se o senhor vereador quisesse mandava chamar o senhor Engenheiro Quintanilha, para que este lhe pudesse dar outros esclarecimentos sobre o assunto em causa, mas, como parece que o senhor vereador, não quer esta solução, então não se torna necessário fazê-lo. \_\_\_\_\_



O senhor vereador Dr. José Rodrigues afirmou que não se importa, que o senhor Engenheiro Quintanilha esteja presente na reunião solicitada, mas o que pretende é falar e reunir com esta equipa técnica.

A Senhora Presidente da Câmara referiu que o senhor vereador, ainda não percebeu, ou então, não quer perceber, que esta equipa técnica, foi contratada pela câmara para fazer a revisão do PDM, por isso, não têm competências para lhe fazer questões. Se aquilo que o senhor vereador pretende, especificamente é uma informação técnica, então, manda chamar o responsável pela apresentação da proposta final do PDM, para que possa tirar todas as dúvidas dessa índole. Disse que, a articulação de todo este processo, é feita com o Engenheiro Quintanilha, Chefe da Divisão de Gestão do Território e Urbanismo, o qual, tem a função de trabalhar com a equipa técnica e esta, não substitui a câmara municipal. Por isso, se o senhor vereador quer saber por exemplo, porque é que foi considerada aquela zona urbana ou não foi, o que é REN ou o que é RAN, ou outra circunstância qualquer atinente à revisão do PDM, é bom que saiba, e volta a frisar, que quem tem essa responsabilidade, perante as opções que são tomadas e que são as aspirações desta câmara municipal, não é, a equipa técnica. Esta equipa, limita-se a fazer um trabalho que consiste em dar resposta, às aspirações que foram apresentadas pela câmara municipal, pois, é a esta que cabe apresentar as expectativas que são suas, dos munícipes e dos presidentes de junta de freguesia. Foram aliás, estes últimos, que apresentaram um conjunto de propostas, tal como o fizeram também, muitas outras pessoas. Por seu lado, a equipa faz um trabalho técnico, para o qual é paga, mas em termos de responsabilidade por esse trabalho, é o senhor Engenheiro Quintanilha, quem dá a resposta final. Informou o senhor vereador, que não pense que se agenda uma reunião com a equipa técnica e que pode colocar as questões que quiser a esses técnicos, referindo como aqui disse e de forma sobranceira: "Nós, até não nos importamos que o Engenheiro Quintanilha esteja presente". Ora, senhor vereador, o Engenheiro Quintanilha, estará sempre nessa reunião porque é o responsável pela revisão do PDM, não é, mais ninguém, afirmou. Por isso, disse, dê-se o respeito a quem o merece e, principalmente, à função que exerce. É, o senhor Engenheiro Quintanilha quem pegou em todos os pedidos que lhe chegaram no âmbito desta revisão do PDM, e foram muitos, que os elencou a todos e vê quais são as manchas do território sobre que incidem, para que depois, a equipa técnica possa perceber então, se estes são legítimos ou não, aferindo-os de acordo da legislação em vigor atualmente. Disse que, também as perspetivas da câmara por exemplo, no que diz respeito ao alargamento de áreas industriais, ou outras circunstâncias desse teor, que digam respeito a obras municipais e projetos municipais, nestes casos, essa mesma equipa técnica, limita-se a verificar a legislação e todos os instrumentos relativos à gestão do território, dizendo a final o que "é exequível" ou "não é exequível". Afirmou que este, é que é, o verdadeiro trabalho da equipa técnica. Assim sendo, disse que se depois desta explicação, o senhor vereador Dr. José Rodrigues quiser algum esclarecimento, poderá chamar o Engenheiro Quintanilha para que lho dê, mas, se quiser antes uma reunião especificamente para perceber, em que pé está o PDM,

Alves

então, agendar-se-á essa reunião. Nessa reunião, que será com o Chefe da Divisão de Gestão do Território e Urbanismo, Engenheiro Quintanilha este poderá explicar, exatamente em que pé é que está o PDM, qual é o papel da referida equipa técnica, bem como, a competência de cada um dos parceiros que fazem parte da comissão consultiva da revisão do PDM, sendo certo, que todo este processo, tem de estar aprovado, até ao final do ano. Informou que, a equipa técnica neste momento, está a fazer os ajustes e a dar respostas às questões que foram levantadas pela CCDR para que se possa, promover depois uma reunião que terá como objetivo, a aprovação final da revisão do Plano Diretor Municipal de Montalegre. \_\_\_\_\_

O senhor vereador Dr. José Rodrigues afirmou que, depois de dez minutos que a resposta da Senhora Presidente da Câmara levou a dar sobre o assunto, apenas resta dizer que os vereadores do Partido Social Democrata pediram tão só, a marcação de uma reunião com a referida equipa técnica. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente da Câmara perguntou se a reunião é com o Engenheiro Quintanilha? \_\_\_\_\_

O senhor vereador Dr. José Rodrigues afirmou que, não se ia pronunciar sobre isso, porque não sabe se o Engenheiro Quintanilha faz parte da equipa técnica, o que será provável, porém que fique claro, que não tem nada contra o Senhor Engenheiro, nem que este esteja presente, nem sequer que faça parte da equipa técnica, pois, não é isso que está em causa. O que pediu à Senhora Presidente, foi a marcação de uma reunião com a equipa técnica que está com a revisão do PDM e inicialmente, tinha dito que sim. Por isso, insisti numa resposta sobre esse pedido, ou seja, um sim ou um não. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que, ia agendar uma reunião com a equipa técnica que é o Senhor Engenheiro Quintanilha porque é disso, que estava a falar, já há dez minutos. \_\_\_\_\_

O senhor vereador Dr. José Rodrigues perguntou se a reunião é então, só com o Engenheiro Quintanilha. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente da Câmara afirmou que a reunião, é com o Engenheiro Quintanilha e os outros técnicos que estejam a trabalhar na elaboração da revisão do PDM, porém volta a repetir que o responsável é o Senhor Engenheiro. Este, é que é, o técnico da câmara, o qual tem a responsabilidade do PDM, aliás, não é a primeira vez, que desenvolve competências nesta área, pois, já esteve também presente na elaboração do PDM e na revisão que este sofreu há dez anos atrás. O trabalho técnico neste caso é do Engenheiro Quintanilha como antes, foi do Senhor Engenheiro Álvares Pereira e, portanto, são os chefes de divisão e os seus serviços que têm cometida esta responsabilidade nesta matéria, e que respondem por isso. Para terminar, referiu ao senhor vereador da oposição que quando este afirmou que: “não se importava que o Engenheiro Quintanilha estivesse presente na reunião” quer elucidá-lo de que a reunião a realizar-se é mesmo com ele. \_\_\_\_\_

O senhor vereador Dr. José Rodrigues insistiu no sentido de que a Senhora Presidente da Câmara, não lhe tinha respondido sobre o agendamento da reunião que pediu, sobre a revisão do PDM, com a equipa técnica responsável por esta matéria. \_\_\_\_\_



A Senhora Presidente da Câmara respondeu que, se o senhor vereador quiser uma reunião com a equipa técnica, vai agendar-se essa reunião, mas com toda a certeza que não reunirá só com eles, como estava a afirmar, referindo até, que prescindia da presença do senhor Engenheiro Quintanilha.

O senhor vereador da oposição disse que, então, a reunião que será marcada, é com a equipa responsável pela revisão do PDM, o que é normal e acontece noutros municípios, ou seja, a oposição poder-se-á reunir-se com todos os técnicos que estão a elaborar a revisão do PDM.

Prosseguindo, a Senhora Presidente da Câmara respondeu, a um outro assunto, abordado pelos vereadores da oposição na interpelação que apresentaram, sobre a não abertura das piscinas municipais. Neste sentido, referiu que efetivamente, este equipamento não abriu porque se aguardava ainda, uma resposta da escola que não tinha chegado. Disse que, de facto estava previsto abrirem no dia dezasseis de setembro, mas os técnicos, os senhores professores e a direção da escola, não tinham respondido sobre a utilização das piscinas para aulas de nataçã dos alunos, e por isso mesmo, continuava-se a aguardar uma resposta para se poder elaborar os horários de funcionamento deste equipamento. Disse que, porém, se não houver interesse que os alunos das escolas tenham nataçã na parte da manhã, e isso terá de ser planeado com os professores de Educação Física, porque a prioridade é deles, irá pôr-se um horário de manhã para as pessoas em geral, mas para já, esse período é para servir os alunos. Quando se tiver essa resposta, lançar-se-á os horários, sendo certo que, depois, se irá pôr aquele equipamento ao serviço do público em geral, designadamente, dos alunos que têm atividades de enriquecimento curricular com atividades desportivas os quais podem começar neste período a ter nataçã. Como essas atividades, são da competência da câmara, poder-se-á pôr os miúdos mais pequenos a ter nataçã, sendo certo que estes ocuparão o período da tarde. Referiu que, os horários estavam alinhados, vai aguardar-se só esta semana para que os professores de educação física possam fazer a planificação devida, os horários, as turmas que querem que tenham nataçã na parte da manhã ou então, irá estabelecer-se um dia de manhã só para a abertura e depois, de tarde, poderão trazer os alunos, mas tudo terá de ser agendado. Esclareceu que, há duas pistas das piscinas que serão reservadas para os alunos, mas no caso de não haver alunos, então não se torna necessário efetuar essa reserva. Deste modo, disse que o que está previsto é, eventualmente, no final da próxima semana abrirem as piscinas para o público em geral, com o lançamento de um horário que será provisório, pois, estará dependente daquilo que a escola pretenda da utilização deste equipamento. Seguidamente, a Senhora Presidente da Câmara interveio, sobre o assunto da pista automóvel, o qual faz parte da interpelação, apresentada pelos senhores vereadores da oposição. Neste âmbito, disse que quanto ao mundial, se o senhor vereador Dr. José Rodrigues, a ouviu na rádio afirmar que, esta câmara celebrou 25 anos de atividade na pista automóvel e aspira a desenvolver ali mais atividades durante muitos mais anos, é tão só porque o desporto automobilizado, não se esgota no mundial de rallycross. Há, muitas outras modalidades, dentro do desporto automóvel que



estão a ser perspetivadas para a pista. Pode, até afirmar que serão provas muito interessantes, as que estão a ser perspetivadas e negociadas pela câmara. Por isso, uma vez que o segredo é a alma do negócio, não vai aqui falar sobre isso, mas por exemplo, o nacional de rallycross continua a realizar-se na pista de Montalegre e para além desta prova, há uma infinidade de outras provas a que a pista pode ser alocada, e é nisso que se está atualmente a trabalhar. Referiu que, com toda a certeza, o senhor vereador da oposição ouviu dizer, que o município de Lousada já tinha negociado e que a prova do mundial de rallycross ia para lá, porém, pode dizer-lhe que, como adepta e como aficionada deste desporto, fica muito feliz por saber que esta prova fica em Portugal. Por um lado, é mais perto para ir ver as corridas, como tantas vezes foi lá, ver outras provas, assim, desta forma, continuará a ir ver o mundial de rallycross que fica no nosso país e isso agrada-lhe muito. Por outro lado, como já tinha dito, o contrato que o município tinha, ia até 2024, porém, como é evidente, o promotor fez negociações e apresentou aquilo que entendeu apresentar sobre esta matéria e a câmara teve, depois, a prerrogativa de pensar se isso era interessante ou se não. Neste caso, a câmara considerou que aquilo que o promotor apresentou, não era de todo interessante, portanto, o promotor tratou da sua vida, negociou outras alternativas em Portugal e escolheu Lousada. Se entretanto, o promotor já fechou contrato com aquele município, fica muito contente porque é um pulinho de Montalegre a Lousada, mas na eventualidade de não ter fechado ainda, com certeza que poderá fechar com outros países, mas agora, com os voos lowcost, poder-se-á ir ver o mundial de rally, quando apetecer.

O senhor vereador da oposição Dr. José Capela interveio para dizer que, neste assunto com toda a certeza que Montalegre perdeu.

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que, Montalegre não perdeu nada, apenas, não quis renovar o contrato.

O senhor vereador Dr. José Rodrigues perguntou se nas condições exigidas pelo promotor para a renovação do contrato, havia novidades ou exigia o mesmo valor de duzentos mil euros.

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que, a câmara neste assunto, negociou conforme entendeu, mas é certo que o promotor apresentou algumas exigências que não eram coincidentes, com as propostas que a câmara defendia e por isso, a decisão foi de não se celebrar novo contrato.

O senhor vereador da oposição voltou a perguntar se havia por parte do promotor exigências extraordinárias ou novas exigências.

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que não, mas, mesmo mantendo-se tudo aquilo que estava no contrato anterior, isso não interessava à câmara. Por outro lado, considera-se que o promotor, não fez devidamente o trabalho que lhe competia, que era, sobretudo, dar maior visibilidade à prova, designadamente, na contratação de pilotos. Aliás, disse que, quem anda nestas lides, sabe que o mundial de rallycross perdeu muito com a introdução na competição de carros elétricos, pois quem gosta de rallycross, aprecia sobretudo, o que é feito com carros a



combustão. Referiu que, lhe apraz dizer, que a prova que se realizou no passado dia sete e oito de setembro, foi das que registou maior afluência e, não tem dúvida que também foi, por ser uma prova híbrida, em que corriam os veículos elétricos, a par dos de combustão. Retomando o assunto, afirmou que, se o promotor não fez o trabalho que lhe competia, que passava por arranjar os melhores e mais destacados pilotos para estas provas, não interessava concretizar novo contrato. Afirmou que, de acordo com o que ontem leu, numa comunicação da FIA, a prova do mundial de rallycross, será já no mês de maio, por isso, deseja, boa sorte ao Município de Lousada, que possam ter muito sucesso na organização da prova. Referiu que, tudo aquilo que Lousada possa precisar e que está na experiência que Montalegre acumulou durante estes dez anos, estaremos cá para os ajudar. Afirmou que, por outro lado, se a FIA em algum momento, precisar de colaboração da câmara, compete-lhe dizer que a pista automóvel de Montalegre estará disponível, mas, como é evidente, não será “pro bono,” porque já não existe contrato e neste caso, tal como já aconteceu, ceder-se-á este equipamento, porém através de uma contrapartida financeira, como já aconteceu, quando foi requisitada para rodar filmes ou para fazerem testes. Depois, referiu que a pista vai continuar, estaremos aqui todos para ver o que irá acontecer e o que sobre isso a câmara futuramente vai fazer. Pois, a pista, não saiu do sítio, continua a ser das melhores pistas do mundo, são os próprios pilotos que o afirmam e a qualidade, não se esgota no mundial de rallycross. A Senhora Presidente da Câmara, continuando a sua intervenção, respondeu ao senhor vereador da oposição Dr. José Capela sobre o assunto relativo à obra de Caniçó, mais propriamente, o que será para executar desta obra. Esclareceu que, será efetuada a pavimentação em cubo, desde a parte de Cima de Vila, até ao largo do Barroso, com intervenção neste largo e, a colocação ou construção de muros de sustentação em pedra ao longo dessa via. No que diz respeito, às confusões que o senhor vereador aludiu se fazerem sentir por lá, refere que não há confusão nenhuma. O que se passa, é que antes de se fazer a obra, foi apresentado o projeto, ou seja, o que a câmara pretendia fazer, estava a pensar-se que ao alargar o caminho para melhorar a circulação se fizesse a sustentação dos muros. Houve uma pessoa que, desde o início disse “não, eu não cedo” faixa de terreno nenhuma, tratava-se apenas de uma questão de sessenta centímetros, e a câmara respeitou o direito do particular. Por outro lado, uma outra pessoa que foi auscultada mas que entretanto faleceu, que se entendeu na altura ser o proprietário da casa do Barroso e também da poça que está em frente, deu autorização à câmara para fazer essa intervenção, e pensou-se ser também o proprietário da parte de cima dos terrenos, onde o caminho irá ser alargado. Ora, na parte de cima, aquilo que se pretendia fazer e que foi apresentado às pessoas era, no muro, fazer-se a limpeza, não mexer nos carvalhos que lá estão, consolidar, com pedra velha as partes que estão em mau estado. No largo, há uma pessoa que nos cede uma parte de terreno para alargamento e esta seria uma obra que valoriza aquele local, para além de se poder consolidar partes do muro que estão esboroados, que representam perigo para a circulação e que correm o risco de derrocada. Deste modo, o que acontece é que estava tudo tratado, as



As pessoas não se importavam de ceder uma faixa de terreno para alargamento da via, tanto mais que, que aquilo é mais ou menos meio metro de estrada e a outra parte, é o tamanho apenas do muro que se ia fazer de sustentação. Acontece, porém, que, houve um dos herdeiros da casa do Barroso que veio dizer, que os terrenos em que se iria intervir da parte de cima naquele local, não eram só de uma pessoa, nem a tal pessoa que tinha dado autorização à câmara para a intervenção, era cabeça de casal, portanto, havia muitos outros herdeiros e que se tornava necessário falar com todos. Por isso, como a câmara não quer, usurpar nada de ninguém, ainda que a intervenção que se pretende fazer, só virá a valorizar as propriedades e por outro lado, está em causa uma questão de segurança, para quem transita naquele local todos os dias. Informou que, entretanto vai aguardar-se, que um dos herdeiros que nos abordou, fale com todos os demais e comunique à camara a decisão que todos tomaram. Entretanto, as obras vão parar onde estão e irá fazer-se a intervenção na parte restante. Ora, pela formação que têm e pelo respeito do passado, quer referir que a casa do Barroso que está naquele local, é um ex-líbris da aldeia de Caniçó, está num sítio muito bonito, tem um canastro que é espetacular, tem a capela de S. Tiago e tem uma poça magnífica. Portanto, além de a câmara pretender fazer aquilo que deve ser feito, que é dar condições no local para que as pessoas transitem em segurança, não desvirtuando, tudo o que aqui se enumerou, iria deste modo, valorizar-se a casa do Barroso e o forno que lá está. Referiu que, procurou, inclusivamente, saber a quem pertencia e se havia algum interesse em vender o forno porque a câmara estava disponível para o comprar e pô-lo ao serviço da comunidade de Caniçó. Deste modo, para concluir, disse que o que a câmara pretendia fazer, naquele local é algo, que as pessoas entendessem como um marco, um ex-líbris da aldeia, ou seja, limpar aquela poça sem mexer em rigorosamente nada, consolidar o muro que está a cair, tirar todo o alcatrão e calcetar todo o largo porque a via também vai ser calcetada.

A senhora vice-Presidente Dra. Ana Isabel Alves Dias interveio, para esclarecer o assunto relacionado com a marca de exploração. Nesse âmbito, afirmou que a marca de exploração de venda de gado no mercado, estava de facto, aprovada e deferida, desde o princípio do mês de agosto, apesar de não ter sido feita qualquer publicidade deste assunto porque, entretanto, os espaços faziam falta, para a realização da tradicional feira do gado. Porém, infelizmente ocorreu uma situação, que a todos preocupa com o aparecimento súbito da doença epizootica no gado. Ora, a Direção Geral de Veterinária(DGV), tem aconselhado a não se fazer junção de animais, pois, não se sabe ao certo, quais os animais que estão doentes, por isso, o que se está a fazer atualmente, é cumprir uma orientação da DGV e não divulgar para já, que a marca de exploração está aprovada. Aliás, se a câmara procedesse a essa divulgação, seria lógico que as pessoas quisessem vender os seus animais. Porém, enquanto não estiver devidamente esclarecida a forma de contágio desta doença e, não forem os animais todos vacinados, a indicação é que não se podem juntar. Disse que, a tudo isto, acresce, o facto de haver também um surto de tuberculose, e no concelho pelo menos numa aldeia, já existem algumas explorações com animais em sequestro. Por isso, referiu que este é mais um problema que existe e a principal



razão, pela qual não se tem criado expectativas aos produtores de gado porque se está com algum receio e, por outro lado, para se cumprir a orientação emanada pela DGV. \_\_\_\_\_

O senhor vereador Dr. José Rodrigues interveio, para afirmar que, no que diz respeito à questão da reunião com a equipa técnica da revisão do PDM, quer deixar bem claro, que o que os vereadores da oposição pediram, mas que a resposta dada pela Senhora Presidente não foi clara, por isso, volta então a repetir a questão, gostavam de reunir com a equipa técnica responsável pela elaboração do PDM. Referiu que, a pretensão dos vereadores do Partido Social Democrata, é reunir com a equipa técnica externa contratada pelo município e, se outras pessoas estiverem presentes, sejam elas quais forem, sem menosprezo por ninguém, então que estejam porque não têm nada contra isso. Deste modo, sobre este assunto, gostava de ouvir da parte da Senhora Presidente, uma resposta, ou seja, um sim ou um não. Seguidamente, o senhor vereador colocou uma outra questão, que é saber sobre o assunto da retirada de Montalegre do mundial do rallycross e da pista automóvel. Afirmou que, no que diz respeito à pista automóvel, os vereadores da oposição, mantinham aquilo que sempre disseram e que afinal se prova que tinham razão, quando disseram que a pista era um investimento ruinoso, que se gastaram lá muitos milhões de euros e que não houve retorno para o concelho. Aliás, mesmo nas provas do mundial que eram as que podiam ter maior impacto, o investimento na pista, não se justificava porque se gastava muito dinheiro, e o retorno para o concelho não era equivalente, ou seja, haverá sempre alguma coisa, mas não o suficiente para compensar o investimento feito a nível infraestrutural e com o investimento que se fez na compra das licenças. Por isso, solicitou à Senhora Presidente da Câmara que informasse, sobre quais são agora as alternativas, quais são as provas que estão a pensar fazerem-se, visto que já não há o mundial. Falou-se aqui do nacional de rallycross, lembra-se da pergunta que fez em dada altura, sobre as receitas realizadas nessas provas num fim-de-semana. Sabe que era outro tipo de prova, mas recorda que num dos dias dessa prova, não tinha sido sequer emitido qualquer bilhete, e no dia seguinte houve uma receita de bilheteira residual, situada entre os quinhentos e os mil euros, ou seja, um valor muito baixo. Afirmou que, se é com este tipo de provas, que se espera colmatar a saída do mundial, então isto, constitui uma má notícia porque como a Senhora Presidente disse aqui, o nacional de rallycross vai continuar. Por isso, gostava de saber que tipo de atividades ou alternativas a câmara está a pensar para a pista automóvel para resolverem este problema que foi criado e, diga-se muito mal. Acha, que quando se é decisor, tem que se decidir em termos de critérios razoáveis e, em termos de decisão, o desporto automóvel não se enquadra no perfil da especialização do concelho. Deste modo, gostava de saber, quais são as ideias que a Senhora Presidente da Câmara tem, para o futuro da pista automóvel de Montalegre. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente da Câmara respondeu ao senhor vereador da oposição, referindo que quanto à primeira questão que colocou, já lhe tinha respondido e, por isso, nada mais ia acrescentar. Quanto à segunda parte da intervenção do senhor vereador e quando este se refere ao investimento ruinoso da pista automóvel, e ao facto de a oposição ao longo dos anos ter dito



que o rendimento que pudesse advir daquele equipamento, não era suficiente para colmatar o investimento que a câmara fez, refere que está expectante, com o estudo que a Universidade do Porto andou a fazer porque desse modo, ter-se-á então, dados concretos para apresentar. Por outro lado, afirmou que quando uma Faculdade de Ciências Sociais, estuda um fenómeno sociológico em massa, tal engloba não só o aspeto financeiro, mas também, os amantes do desporto, bem como, aqueles que não o são, e ainda, o retorno em termos objetivos imediatos das contrapartidas financeiras e de outro tipo de retornos, como sejam a nível imaterial e material. Os estudos académicos e de investigação em ciências sociais, são nesse âmbito e, nada tem a ver com o evento ser mundial de rallycross ou não, é o mesmo estudo que se está a fazer em relação à sexta-feira 13 porque esses estudos, não focam só o retorno financeiro direto, são aliás, muito mais abrangentes. Por outro lado, disse que se o senhor vereador da oposição acha que a pista automóvel foi uma péssima ideia do executivo socialista, é apenas a sua opinião, mas afirma que não concorda porque a pista automóvel, está em pleno funcionamento há já vinte e cinco anos.

O senhor vereador Dr. José Rodrigues afirmou que se a pista automóvel é um bom investimento, então porque razão a câmara não quis renovar o contrato.

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que a pista automóvel, está há vinte e cinco anos a funcionar, mas é evidente que o “grosso” do investimento que se fez, foi nos últimos dez anos. Por isso, a câmara cumpriu e honrou os contratos que assumiu. Aliás, é indiscutível que o mundial de rallycross, é o evento que traz mais visibilidade, não em termos materiais do dinheiro que entra em caixa, porém, não é só isso que conta, o que vale, é a criação de um nome e de uma marca que serve não só para o automobilismo como também para todo o resto. E, o nome Montalegre também se consolidou e consolida com o mundial de rallycross, mas também com os demais eventos que felizmente se tem no concelho. Ora, quando o senhor vereador diz que o investimento no desporto automóvel, não é compatível com a nossa identidade, pergunta então, se também é o caso de Lousada, pois se verificarmos, foi lá que nasceu o rallycross e aquele concelho, afirma-se por isso. Por outro lado, se formos a Ourense, vemos que os maiores apaixonados pelo rallycross são os galegos, inclusivamente, têm duas Associações, uma Nacional e uma Local. Todavia, sendo o concelho de Ourense dedicado especialmente ao rallycross e ao desporto motorizado, não organizam as provas porém, atraem milhares e milhares de apaixonados por esse desporto. Em Montalegre, as provas de mundial, trariam milhares de pessoas ao longo destes anos, poderiam trazer muito mais, mas aí, a responsabilidade é do promotor, pois se este trouxesse os pilotos que as pessoas gostam de ver, como quando se teve o piloto Ken Block, a correr cá em que as bancadas encheram todas. Por isso, é preciso que o promotor invista e traga figuras deste tipo e pilotos galegos. Ora, enquanto o promotor, não for capaz de fazer isso, e atualmente com a questão dos carros elétricos e outros a combustão, os amantes deste desporto vão sempre procurar as corridas que tenham carros a combustível, ou seja, não vão procurar provas de carros elétricos, nem que os



bilhetes sejam de borla. Portanto, quando o senhor vereador lhe perguntou a razão pela qual a câmara não renovou novamente o contrato do mundial de rallycross, um dos motivos, prende-se com o que acabou de explicar, outro prende-se como facto de enquanto for o mesmo promotor, não dá para fazer-se diferente. Perante tudo isto, esclarece que a câmara está atenta, vai avaliar outras perspetivas que atualmente estão a ser trabalhadas numa lógica de custo-benefício e como o segredo é a alma do negócio, nada mais tem a dizer sobre este assunto, sendo certo, que o nacional de rallycross, já está no calendário da pista automóvel, há já vinte e cinco anos.

O senhor vereador Dr. José Rodrigues perguntou se neste tipo de provas os carros são elétricos. A Senhora Presidente da Câmara respondeu que no nacional de rallycross os carros são sempre a combustão.

O senhor vereador Dr. José Rodrigues perguntou se a Senhora Presidente conseguia fazer a sexta-feira 13 ou a Feira do Fumeiro em Lousada, com certeza que não conseguia porque há condições que são irrepetíveis, mas para estes eventos, Montalegre tem todas as condições para a sua realização pois, estão na sua identidade. Porém, no que diz respeito à realização do mundial de rallycross ou às corridas de automóveis, Montalegre está em desvantagem porque são eventos que não lhe estão na alma. Constata que, há aqui pelo menos duas ou três pessoas que gostam deste desporto, mas o global das pessoas não se entusiasma com este evento, seja realizado com corridas de carros a combustão ou carros elétricos porque essas provas, não tem nada a ver com o nosso passado, o nosso historial, a nossa forma de estar, o nosso perfil de especialização. Aliás, disse, sempre se soube, quando se optou por fazer a pista automóvel, por exemplo na Póvoa de Lanhoso ou em Lousada, estas terras, têm aficionados há muitos anos neste tipo de desporto, assim como Vila Real, por isso, estão em vantagem sobre Montalegre, que não tem história neste tipo de eventos.

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que, quem fica agora com o mundial do rallycross só o conseguiu porque entretanto, Montalegre não quis renovar mais o contrato. Referiu que, leu ontem uma notícia da FIA, mas um jornal de Lousada também o referia, que o contrato foi assinado por três anos e, a câmara de Lousada ia fazer um investimento de três milhões de euros. Passando a outro assunto, a Senhora Presidente da Câmara abordou o êxito estrondoso que foi a última sexta-feira 13. Foi uma edição que superou todas as expectativas, nunca se viu este evento de forma tão concorrida. Disse que, se tinha a perceção de que ia ser uma grande festa e por isso, colocaram-se ecrãs para ser possível a todas as pessoas verem o espetáculo porque muitas, não conseguiram sequer ir ao castelo vê-lo. Deste modo, o primeiro agradecimento, vai para a comissão que organizou e coordenou o evento e todos os parceiros que fazem parte dessa comissão, ou seja, os elementos da Proteção Civil, Bombeiros, GNR, Equipa da Saúde, funcionários da câmara municipal e muitos outros voluntários que se associaram a este evento. Afirmou que, mais uma vez, todos deram prova de excelência, com a sua postura e os seus conhecimentos, daquilo que sabem fazer e, diga-se aqui, sabem fazer



muitíssimo bem. Tiveram todos, um trabalho inexecutável durante todo o dia, durante toda a noite, porque a festa acabou às seis da manhã e mesmo assim, todos esses profissionais, continuavam pelas estradas do concelho e nas saídas, a zelar para que nada acontecesse, apesar de ter sido uma enchente que nunca se viu neste evento e do qual há dados comprovados. Afirmou que, todas as pessoas que enunciou, contribuíram para que esta Sexta-feira 13 fosse um sucesso retumbante e proporcionou a quem nos visitou que levassem boas recordações para casa. É isso, que também nos enaltece e nos envaidece, é esta união de forças onde todos estiveram à altura deste grande acontecimento, como de resto o têm estado ao longo dos anos em que o evento vêm sendo realizado. Todos vestem a camisola, fazem parte da festa, sempre de uma forma atenta e zelosa, por isso, deixa aqui o agradecimento para todos porque este sucesso também é deles. Referiu que em dezembro há outra sexta-feira 13 e com certeza o sucesso será novamente repetido e, apesar de ser inverno, do tempo ser uma incógnita, porém, depois daquilo que viu e assistiu, tem a certeza absoluta que faça chuva ou faça sol, esteja a temperatura negativa, a nevar ou a orvalhar, isso tanto faz porque iremos ter milhares de pessoas, que serão recebidas com todo o cuidado e por uma grande equipa que está no terreno para os servir. Referiu que os agradecimentos que aqui deixa, são extensíveis também, a todos aqueles que trabalharam no mundial de ralycross, e que são muitos, de muitas áreas, desde os que trabalharam na organização desse evento, os trabalhadores que integram as brigadas externas que estiveram na preparação da pista e no acompanhamento da prova, bem como, os que trabalharam nas bilheteiras, na parte da informática, na limpeza dos espaços e no acompanhamento das pessoas. Afirmou que, todos eles, fazem parte deste sucesso. Disse que é um orgulho ver quando passam as provas do mundial na pista Montalegre e ver o mar de gente que está presente neste evento que não se vê quando passam essas mesmas provas noutros países, e isso também quer dizer muito, até países do Norte da Europa que são grandes aficionados deste desporto e de onde saíram muitos dos campeões neste desporto. Informou que se realizou a primeira edição da feira das colheitas, a qual constituiu uma experiência, mas teve um grande sucesso. Tinha-se a expectativa que a seguir à sexta-feira 13, ficasse aqui muita gente da parte da manhã, o que de facto aconteceu, e foi com muito gosto verificar que as pessoas que se associaram a esta feira, venderam muito daquilo que têm em casa, que tiraram das suas hortas e que ali puseram à venda e que no final disseram que a feira é para repetir. Esclareceu que de facto é para repetir esta iniciativa, a qual não será de uma forma mensal, uma vez que, o nosso clima não o permite, os produtos são sazonais e não há produtos locais todos os meses, mas vai-se aproveitar a realização dos grandes eventos e com os produtos que são da época dar continuidade a esta feira. Disse que, brevemente, no calendário temos os Fieis Defuntos, e a próxima feira será nessa altura, uma vez que, vem aqui muita gente e podem assim levar um miminho para casa, sejam pessoas de cá ou de fora que passam no concelho. Nesta altura, já há castanhas e produtos da horta importantes, além das batatas, porque em novembro, começa já a aparecer produtos de fumeiro. Referiu que por último, quer deixar uma nota de



congratulação, pelo modo como correu o Congresso de Medicina Popular de Vilar de Perdizes. Disse que, apesar de ser um evento que perdeu algum brilho nos últimos anos, porém com a resiliência daqueles que estavam e que continuam a fazer parte da Associação e com a garra dos novos elementos que agora fazem parte desta, os quais são todos jovens e abraçaram este novo projeto, este evento, começa novamente a ter o brilho que teve há muitos anos atrás. Em primeiro lugar, verificou-se que isso foi conseguido através de comunicações de excelência, um programa variado, abrangente e atrativo para as pessoas, sendo certo que a câmara municipal, em parceria com a Associação e a Junta de Freguesia de Vilar de Perdizes, tal como teve a oportunidade de avançar na abertura do Congresso, pôs já em carteira o projeto interessante nesta área que se vai fazer na escola primária, que foi um espaço de cultura e de aprendizagem. Sendo certo, que este espaço, acolheu tantos de Vilar de Perdizes e daquelas aldeias limítrofes, constitui obrigação da câmara colocar esse equipamento, ao dispor e ao serviço das pessoas, na função, que é exatamente de promover a cultura. Deste modo, está a fazer-se um projeto arquitetónico, que constituirá o Centro de Estudos do Misticismo e da Medicina Popular, terá como atrativo suplementar, um Polo do Ecomuseu e tudo isto estará como deve ser, ligado ao Ecomuseu. Referiu que Vilar de Perdizes tem uma identidade tão “sui generis,” cheia de história, com ligações ao contrabando e no que este representou naquele local e na vida das suas gentes. Por outro lado, tem a certeza que os caminhos de Santiago passaram também por Vilar de Perdizes e em direção a Chaves, como todos sabem. \_\_\_\_\_

O senhor vereador Dr. José Moura referiu que esse caminho ligava a Xinzo de Límia e o que passa em Vilar de Perdizes é uma variante, pensa que contornava Chaves mas ligava a Xinzo de Límia e não ia a Chaves. \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente da Câmara referiu que há essa ligação a Chaves, que fizeram o caminho por lá, pensa que esse caminho liga Vila Pouca de Aguiar, Chaves e Vilar de Perdizes que esta é a linha principal do caminho português para Santiago, mas quem está a estudar este assunto é que fará depois a validação. Informou que a câmara, vai falar com os donos do Paço porque o hospital faz parte de numa quinta que possuem mais abaixo, no sentido de se pôr estes bens classificados como de interesse municipal, valorizando o património que é daqueles particulares, mas sobretudo, para valorizar o Património que é de toda esta aldeia. Informou ainda, que passaram por Montalegre, quatrocentos atletas que fizeram parte de uma corrida espetacular que foi a IV Ibero Bike Race, que trouxeram a suas famílias e constituiu mais uma oportunidade de divulgação do nosso território com proveitos para a economia local. Referiu que deixa uma palavra de apreço ao Clube BTT e ao seu Diretor Albino Rebelo, o qual tem sido incedível na organização e na participação destes eventos e tem recolhido os maiores elogios. Por isso, deixa os parabéns para ele e para toda a equipa que lidera porque merece este reconhecimento. Finalmente, deixou uma palavra para os resilientes dos produtores pecuários que mantêm a tradição e apostam na raça Barrosã, pela sua participação no último concurso do ano, que é realizado em Ferral. Este, é o que encerra este tipo de concursos, onde quase sempre a



participação é menor porque neste fim-de-semana estiveram marcados três ou quatro concursos que se realizaram noutros sítios. Porém, apraz-lhe registar, que viu presentes neste concurso, animais de muita qualidade, que são do concelho e tratados por gente jovem, a quem dá os parabéns e deseja que possam continuar a acreditar nesta fileira de atividade de formação apaixonada. Referiu que, quer o jovem Pedro, quer o João Paulo, são um exemplo de tudo quanto disse e da paixão por estes animais de raça barrosã. Informou ainda que, já está marcada a próxima edição da Feira do Fumeiro, que irá decorrer de vinte e três a vinte e seis de janeiro de 2025.

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -

III

**INTERVENÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA**

**3.1. PROGRAMA ABEM: REDE SOLIDÁRIA DO MEDICAMENTO – PROPOSTA.**

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, proposta elaborada pela Dra. Ana Isabel Alves Dias, vereadora com competências na área da Ação Social, cujo teor se transcreve, de seguida, na íntegra para os devidos efeitos legais:

“À Reunião de Câmara de 19.09.2024

**PROPOSTA: PROGRAMA ABEM: REDE SOLIDÁRIA DO MEDICAMENTO**

No âmbito do PROGRAMA Abem: Rede Solidária do Medicamento, e das Normas de atribuição do respetivo benefício/cartão, proponho à Ex.ma Câmara a aprovação da lista anexa dos agregados familiares candidatos que integram o Programa Abem com a renovação dos processos constantes no n.º 1, alínea a).

A Vereadora da Ação Social - Ana Isabel Alves Dias”.

Em anexo a esta proposta encontra-se o quadro com a indicação do processo objeto de renovação o qual para os devidos efeitos se transcreve:

“ASSUNTO: PROGRAMA *Abem*: Rede Solidária do Medicamento

1- Renovação do processo:

a) porque continuam a cumprir com o determinado no artigo 3º, do anexo ao Protocolo.

N.º Dignidade	Nome	N.º de cartões
0030735	-----	2

*Esta proposta fica arquivada no maço de documentos desta ata sob a forma de doc. n. º2.*

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos e com os fundamentos constantes, a aludida proposta.

Folha

À Divisão Socio Cultural e Educação (DSCE) para acompanhamento da execução desta deliberação. \_\_\_\_\_

### 3.2. PROGRAMA “OLHARES PELA MATERNIDADE” – PROPOSTA. \_\_\_\_\_

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, proposta apresentada pela vereadora com competências na área da Ação Social, Dra. Ana Isabel Alves Dias, cujo teor se transcreve, de seguida, na íntegra para os devidos efeitos legais: \_\_\_\_\_

“À Reunião de Câmara de 19.09.2024 \_\_\_\_\_

#### PROPOSTA - PROGRAMA “OLHARES PELA MATERNIDADE” \_\_\_\_\_

No âmbito do Regulamento do Programa “Olhares pela Maternidade”, foram apresentadas 4 candidaturas, correspondentes a outras tantas crianças nascidas no concelho de Montalegre. \_\_\_\_\_

Analisadas as mesmas, proponho: \_\_\_\_\_

1. Admissão das candidaturas constantes da lista anexa (listagem n.º 4B), porque cumprem com as condições gerais de atribuição do apoio, definidas no artigo 4.º. \_\_\_\_\_

2. Que seja atribuído o apoio financeiro mensal no valor de 50,00€, com o pagamento a partir do mês de setembro, concretizado mediante a apresentação dos documentos referidos na alínea b) e e), do artigo 5º e, até a criança perfazer os três anos de idade. \_\_\_\_\_

3. Considerando que, em cumprimento do disposto no artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, que o executivo municipal autorize que a presente proposta possa produzir efeitos financeiros plurianuais, concretizados da seguinte forma: \_\_\_\_\_

Objeto	Ano de 2024	Ano de 2025
Apoio Financeiro a todas as crianças residentes no concelho, até perfazerem os 3 anos de idade (4)	€ 800,00	€ 2400,00

Montalegre, 16 de agosto de 2024 \_\_\_\_\_

A Vereadora da Ação Social – Ana Isabel Alves Dias.” \_\_\_\_\_

Em anexo a esta proposta encontra-se um quadro identificativo dos beneficiários deste apoio financeiro, o qual para os devidos efeitos parcialmente se transcreve no respeito pelo Regulamento da Proteção de Dados em vigor: \_\_\_\_\_

N.º Processo	Nome	Data de fim
85/13/OPM/2024	-----	08/07/2027
87/14/OPM/2024	-----	23/11/2025
89/15/OPM/2024	-----	04/08/2027
90/16/OPM/2024	-----	22/07/2027



*Esta proposta e documento anexo, ficam arquivados no maço de documentos desta ata sob a forma de docs. n.ºs 3 e 4.*

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos e com os fundamentos constantes, a aludida proposta e atribuir o apoio financeiro suprarreferido aos beneficiários dos processos acima enumerados.

À Divisão Socio Cultural e Educação (DSCE) para efeitos de notificação e acompanhamento da execução material da presente deliberação.

#### IV

#### - CONCESSÃO DE APOIOS / SUBSÍDIOS -

##### **3.3. CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO À FAMÍLIA – COMPONENTE SOLIDÁRIA - 2º FILHO E SEQUITES – PROPOSTA.**

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, proposta apresentada pela Comissão Especializada para a seleção das candidaturas no âmbito do Regulamento Municipal de Concessão de Apoio à Família, o qual se dá aqui por integrada e reproduzida para os devidos efeitos legais, comissão esta que integra a vereadora da Ação Social, Dra. Ana Isabel Alves Dias, a Chefe da Divisão Sócio Cultural e Educação, Dra. Maria Gorete Barroso Afonso e a Chefe da Unidade de Ação Social, Dra. Ana Rita Velho Pedreira.

*Esta proposta fica arquivada no maço de documentos desta ata sob a forma de doc. n. º5.*

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos da proposta formulada pela Comissão Especializada acima referida um apoio financeiro de acordo com o Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro à Família, aos beneficiários dos processos n.º 88/03/ACS/B2024 e 84/02/ACS/B/2024, nos montantes de trinta euros e vinte euros respetivamente.

À Divisão Socio Cultural e Educação (DSCE) para acompanhamento da execução desta deliberação.

À Divisão de Finanças para os devidos efeitos.

##### **3.4. APOIO AO TRANSPORTE DE ALUNO – PROCESSO N.º 67/03/ASC-A/2024 – PROPOSTA.**

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, proposta apresentada pela Chefe da Unidade da Ação Social, a qual para os devidos efeitos aqui se transcreve na íntegra. Sobre esta proposta encontra-se exarado pela Senhora Presidente da Câmara Dra. Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, o seguinte despacho: “À reunião de câmara para deferimento. Montalegre, 16.09.2024”.

“Proposta: Apoio ao transporte de aluno – Processo n.º67/03/ASC-A/2024.

I – Da exposição dos motivos



Considerando que a competência na execução e controlo da rede escolar é do Município e que o n.º 3 do art.º 25º do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, determina que, no âmbito da Ação Social Escolar, “É assegurado o transporte escolar dentro da área de residência aos alunos com dificuldades de locomoção ou que necessitem de se deslocar para frequência de modalidades de educação especial”;

Considerando que se trata de um aluno matriculado no 9º ano, na Escola B/S do Baixo Barroso, que sofre de Epifisiolise bilateral das ancas (conforme relatório médico) e não tem condição física para utilizar o transporte escolar entre a sua residência, em Corva, e a Escola, em Venda Nova, porque tem bastante dificuldade de locomoção;

Considerando que a distância entre a residência do aluno e a escola é de cerca de 9 kms e o Despacho n.º 7606/2023 do Gabinete do Secretário de Estado da Saúde prevê uma taxa de saída no valor de 10.78€ para deslocações iguais ou inferiores a 15 km;

Considerando que os pais não têm forma de transportar o filho até à escola, e que os Bombeiros Voluntários de Salto já transportam o jovem para as consultas médicas e para os tratamentos.

Considerando ainda que este agregado familiar reúne todas as condições gerais e específicas previstas nos artigos 5º e 6º do Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, conforme relatório médico anexo;

#### II – Da proposta

Com base nos considerandos vertidos supra, proponho à Exma. Câmara que seja pago o transporte do jovem aos Bombeiros Voluntários de Salto

1. Transporte escolar, 5 vezes por semana para a Escola B/S do Baixo Barroso (Ida e volta), no valor diário de 21.56€ (vinte e um euros e cinquenta e seis cêntimos);

a) Considerando que o ano letivo de 2024/2025 decorrerá entre os dias 12 de setembro de 2024 e o dia 06 de junho de 2025, que o número de dias letivos é previsivelmente de 163 dias, o encargo global com este apoio financeiro será de 3514.28 € (três mil quinhentos e catorze euros e vinte e oito cêntimos), valor que ficou cabimentado sob o n.º \_\_\_\_/2024;

b) Em coerência com os considerandos supra enunciados, e em cumprimento do disposto no artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, propor ao executivo municipal que autorize a que o aludido contrato possa produzir efeitos financeiros plurianuais, concretizados da seguinte forma:

Objeto do contrato	Ano de 2024	Ano de 2025
Apoio para transporte escolar	1487.64€ (69 dias)	2026.64€ (94 dias)
<b>TOTAL</b>	<b>3514.28€</b>	

*Folha*

Montalegre, 29 de agosto de 2024. A Chefe de Unidade - Rita Pedreira.”  
Esta Proposta foi objeto de prévio cabimento pela Divisão de Finanças, ao qual foi atribuído o n.º1028 em 16.09.2024.

*Estes documentos ficam anexos a esta ata sob a forma de cópia como docs. n.ºs 6 e 7.*

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos e com os fundamentos constantes, a aludida proposta.

À Divisão Socio cultural e Educação (DSCE) para acompanhamento da execução desta deliberação.

À Divisão de Finanças para os devidos efeitos.

**3.5. APOIO AO TRANSPORTE DE ALUNA COM PARALISA CEREBRAL – PROCESSO N.º 68/04/ACS-A/2024 – PROPOSTA.**

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, proposta apresentada pela Chefe da Unidade da Ação Social, a qual para os devidos efeitos aqui se transcreve na íntegra. Sobre esta proposta encontra-se exarado pela Senhora Presidente da Câmara Dra. Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, o seguinte despacho: “À reunião de câmara para deferimento. Montalegre, 16.09.2024”.

Montalegre, 29 de agosto de 2024. A Chefe de Unidade - Rita Pedreira.”

Esta Proposta foi objeto de prévio cabimento pela Divisão de Finanças, ao qual foi atribuído o n.º1029 em 16.09.2024.

*Estes documentos ficam anexos a esta ata sob a forma de cópia como docs. n.ºs 8 e 9.*

À Divisão Socio cultural e Educação (DSCE) para acompanhamento da execução desta deliberação.

À Divisão de Finanças para os devidos efeitos.

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos e com os fundamentos constantes, a aludida proposta.

**3.6. CARTÃO MUNICIPAL DO BOMBEIRO – PROPOSTA.**

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, proposta apresentada pelo vereador com competência na área da Educação Dr. Jorge Carneiro de Morais Fidalgo, cujo teor se transcreve, de seguida, na íntegra para os devidos efeitos legais:

“À reunião de Câmara de 19 de setembro de 2024

Assunto: Cartão Municipal do Bombeiro

I - Proposta:

Com fundamento na informação apresentada pela Chefe de Unidade de Inclusão e Ação Social em anexo, proponho à Ex.ma Câmara a equiparação dos alunos aí referenciados, aos alunos com o Escalão 1 da Ação Social Escolar, no cumprimento do determinado pela alínea b,) do nº 2, do artigo 7º do Regulamento de Atribuição do Cartão Municipal de Bombeiro.

Montalegre e Paços do Município, 16 de setembro de 2024.

O Vereador da Educação - Jorge Carneiro de Morais Fidalgo.”



Em anexo a esta proposta, encontra-se a listagem dos alunos beneficiários do apoio social no âmbito do Regulamento de Atribuição do Cartão Municipal de Bombeiro, a qual para os devidos efeitos se dá aqui por integrada e reproduzida. \_\_\_\_\_

*Estes documentos ficam anexos a esta ata sob a forma de cópia como docs. n.ºs 10 e 11.* \_\_\_\_\_

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos e com os fundamentos constantes, a aludida proposta. \_\_\_\_\_

À Divisão Socio Cultural e Educação (DSCE) para acompanhamento da execução desta deliberação. \_\_\_\_\_

**3.7. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE MONTALEGRE E O CENTRO DESPORTIVO E CULTURAL DE MONTALEGRE – PROPOSTA.** \_\_\_\_\_

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, uma Minuta de Contrato – Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com o Centro Desportivo e Cultural de Montalegre, no qual se prevê a atribuição de um apoio financeiro a conceder pelo Município com o objetivo de que este centro desportivo e cultural possa executar o programa desportivo traçado para a época de 2024/2025. O referido Contrato-Programa o qual se dá aqui por integrado e reproduzido para os devidos efeitos prevê uma comparticipação financeira de oitenta e seis mil euros de acordo com a cláusula quarta do referido contrato. \_\_\_\_\_

Em anexo à Minuta de Contrato – Programa de Desenvolvimento Desportivo encontra-se cabimentado o montante da verba de vinte mil euros, efetuada pela Divisão de Finanças em 17.09.2024 e com o n.º1053, correspondente à parte da comparticipação financeira a atribuir ao Centro Desportivo e Cultural de Montalegre no ano de 2024. \_\_\_\_\_

*Estes documentos ficam anexos a esta ata em forma de cópia como docs. n.ºs 12 e 13.* \_\_\_\_\_

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos da alínea u) do n.º1 do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro e da lei n.º572007, de 16 de janeiro, conjugada com o Decreto – Lei n.º273/2009, de 1 de outubro, a Minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo em causa e a atribuição de uma comparticipação financeira no montante global de oitenta e seis mil euros ao Centro Desportivo e Cultural de Montalegre para a época desportiva 2024/2025. \_\_\_\_\_

À Divisão de Turismo Ecomuseu e Desporto para execução material desta deliberação. \_\_\_\_\_

À Divisão de Finanças para os devidos efeitos. \_\_\_\_\_

**3.8. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE MONTALEGRE E A ACADEMIA DE FUTEBOL E FUTSAL ABELHAS AZUIS – PROPOSTA.** \_\_\_\_\_

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, uma Minuta de Contrato – Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com a Academia de Futebol e Futsal Abelhas Azuis, no qual se prevê a atribuição de um apoio financeiro a conceder pelo Município com o objetivo de que este centro desportivo e cultural possa executar o programa desportivo traçado para a época de 2024/2025. O referido Contrato-Programa o qual se dá aqui por integrado e reproduzido para os devidos efeitos prevê uma



comparticipação financeira de vinte e cinco mil euros de acordo com a cláusula quarta do referido contrato. \_\_\_\_\_

Em anexo à Minuta de Contrato – Programa de Desenvolvimento Desportivo encontra-se cabimentado o montante da verba de treze mil euros, efetuada pela Divisão de Finanças em 17.09.2024 e com o n.º1054, correspondente à parte da participação financeira a atribuir à Academia de Futebol e Futsal Abelhas Azuis no ano de 2024. \_\_\_\_\_

*Estes documentos ficam anexos a esta ata em forma de cópia como docs. n.ºs 14 e 15.* \_\_\_\_\_

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos da alínea u) do n.º1 do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro e da lei n.º572007, de 16 de janeiro, conjugada com o Decreto – Lei n.º273/2009, de 1 de outubro, a Minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo em apreciação e a atribuição de uma participação financeira no montante global de vinte e cinco mil euros à Academia de Futebol e Futsal Abelhas Azuis para a época desportiva 2024/2025. \_\_\_\_\_

À Divisão de Turismo Ecomuseu e Desporto para execução material desta deliberação. \_\_\_\_\_

À Divisão de Finanças para os devidos efeitos. \_\_\_\_\_

**3.9. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE MONTALEGRE E O GRUPO DESPORTIVO ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE VILAR DE PERDIZES – PROPOSTA.** \_\_\_\_\_

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, uma Minuta de Contrato – Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com o Grupo Desportivo Associação Recreativa e Cultural de Vilar de Perdizes, no qual se prevê a atribuição de um apoio financeiro a conceder pelo Município com o objetivo de que este centro desportivo e cultural possa executar o programa desportivo traçado para a época de 2024/2025. O referido Contrato-Programa o qual se dá aqui por integrado e reproduzido para os devidos efeitos prevê uma participação financeira de setenta e sete mil euros de acordo com a cláusula quarta do referido contrato. \_\_\_\_\_

Em anexo à Minuta de Contrato – Programa de Desenvolvimento Desportivo encontra-se cabimentado o montante da verba de vinte mil euros, efetuada pela Divisão de Finanças em 17.09.2024 e com o n.º1055, correspondente à parte da participação financeira a atribuir ao Grupo Desportivo Associação Recreativa e Cultural de Vilar de Perdizes no ano de 2024. \_\_\_\_\_

*Estes documentos ficam anexos a esta ata em forma de cópia como docs. n.ºs 16 e 17.* \_\_\_\_\_

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos da alínea u) do n.º1 do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro e da lei n.º572007, de 16 de janeiro, conjugada com o Decreto – Lei n.º273/2009, de 1 de outubro, a Minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo em apreciação e a atribuição de uma participação financeira no montante global de setenta e sete mil euros ao Grupo Desportivo Associação Recreativa e Cultural de Vilar de Perdizes para a época desportiva 2024/2025. \_\_\_\_\_

À Divisão de Turismo Ecomuseu e Desporto para execução material desta deliberação. \_\_\_\_\_

À Divisão de Finanças para os devidos efeitos. \_\_\_\_\_



**3.10. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE MONTALEGRE E O GRUPO DESPORTIVO DE SALTO – PROPOSTA.**

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, uma Minuta de Contrato – Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com o Grupo Desportivo de Salto, no qual se prevê a atribuição de um apoio financeiro a conceder pelo Município com o objetivo de que o referido centro desportivo e cultural possa executar o programa desportivo traçado para a época de 2024/2025. O referido Contrato-Programa o qual se dá aqui por integrado e reproduzido para os devidos efeitos prevê uma comparticipação financeira de trinta mil euros de acordo com a cláusula quarta do referido contrato.

Em anexo à Minuta de Contrato – Programa de Desenvolvimento Desportivo encontra-se cabimentado o montante da verba de quinze mil euros, efetuada pela Divisão de Finanças em 17.09.2024 e com o n.º1056, correspondente à parte da comparticipação financeira a atribuir ao Grupo Desportivo de Salto no ano de 2024.

*Estes documentos ficam anexos a esta ata em forma de cópia como docs. n.ºs 18 e 19.*

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos da alínea u) do n.º1 do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro e da lei n.º572007, de 16 de janeiro, conjugada com o Decreto – Lei n.º273/2009, de 1 de outubro, a Minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo em apreciação e a atribuição de uma comparticipação financeira no montante global de trinta mil euros ao Grupo Desportivo de Salto para a época desportiva 2024/2025.

À Divisão de Turismo Ecomuseu e Desporto para execução material desta deliberação.

À Divisão de Finanças para os devidos efeitos.

**V**

**PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E GESTÃO URBANÍSTICA**

**1 – PLANEAMENTO / ORDENAMENTO**

**2 – OPERAÇÕES DE LOTEAMENTO / OBRAS DE URBANIZAÇÃO**

**3 – OBRAS DE EDIFICAÇÃO**

**4 – SERVIÇOS URBANOS**

**VI**

**OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS**

**VII**

**FORNECIMENTOS DE BENS E/OU SERVIÇOS**

**VIII**

**GESTÃO AUTÁRQUICA**

**1 – GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS**

**2 – GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL**



**3.11. RELAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS NO PERÍODO DE 03/09/2024 A 16/09/2024 – CONHECIMENTO.**  
Foram presentes pelo Núcleo de Gestão Financeira (NGF), para efeitos de conhecimento do executivo municipal, listagem de ordens de pagamentos efetuados pela autarquia, relativa ao período entre o dia três e o dia dezasseis do mês de outubro do ano dois mil e vinte quatro a importância global ilíquida de € 1.454.113,15 (um milhão quatrocentos e cinquenta e quatro mil, cento e treze euros e quinze cêntimos). \_\_\_\_\_

*Este documento ficando arquivado, para os devidos efeitos legais, cópia de tal documento sob a forma de doc. n.º20.* \_\_\_\_\_

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, tomar conhecimento do presente assunto . \_\_\_\_\_

À Divisão de Finanças para os devidos efeitos. \_\_\_\_\_

**3.12. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA N.º 178/2024 – CONHECIMENTO.** \_\_\_\_\_  
Foi presente pela secção de tesouraria para conhecimento do executivo municipal, o resumo diário da tesouraria n.º 178, respeitante ao dia dezasseis do mês de setembro do ano dois mil e vinte quatro, o qual apontava para o total de disponibilidades na ordem de € 10.251.615,18 sendo € 9.458.687,24 como dotações orçamentais e € 792.927,94 como dotações não orçamentais. \_\_\_\_\_

*Documento cujo teor se dá aqui por integrado e reproduzido e se arquivam no maço de documentos relativo à presente ata sob a forma de doc. n.º21.* \_\_\_\_\_

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, tomar conhecimento do presente assunto. \_\_\_\_\_

À Divisão de Finanças para os devidos efeitos. \_\_\_\_\_

**3.13. 2ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ANO 2024, ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA – ANO 2024, ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA – ANO 2024, ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO ATIVIDADES MUNICIPAIS – ANO 2024, ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO PLURIANUAL INVESTIMENTOS – ANO 2024.** \_\_\_\_\_

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, uma proposta com o respetivo enquadramento legal sobre a segunda alteração modificativa aos documentos previsionais, consubstanciada na alteração modificativa ao orçamento da receita, alteração modificativa ao orçamento da despesa, alteração modificativa ao plano atividades municipais e alteração modificativa ao plano plurianual investimentos, relativos ao ano 2024 – *documentos cujo o teor se dá aqui por integrado e reproduzido e se arquivam, sob a forma de cópia, junto do maço de documentos relativos a esta ata sob a forma de docs. n.ºs 22,23,24,25,26 e 27 respetivamente.* \_\_\_\_\_

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a segunda alteração Modificativa aos documentos Previsionais para o ano económico em curso, bem como remetê-la para o órgão deliberativo do município para os mesmos efeitos. \_\_\_\_\_

À Divisão Administrativa para agendamento do assunto à próxima sessão do órgão deliberativo.

À Divisão de Finanças para os devidos efeitos. \_\_\_\_\_



IX

**ATIVIDADE REGULAMENTAR**

IX

**ATIVIDADE REGULAMENTAR**

X

**DIVERSOS****3.14. FORMALIZAÇÃO DA CEDÊNCIA A TÍTULO GRATUITO DA FRAÇÃO "C", DO PRÉDIO CONSTITUÍDO EM PROPRIEDADE HORIZONTAL, SITO NA BORRALHA - BAIRRO NOVO, FREGUESIA DE SALTO – PROPOSTA. \_\_\_\_**

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, uma informação subscrita pela Chefe da Divisão Administrativa Maria Fernanda Dinis Moreira datada de oito de setembro do ano em curso, a qual abaixo se transcreve para os devidos efeitos. Sobre a referida informação foi exarado pela Senhora Presidente da Câmara o seguinte despacho: " À reunião de Câmara". \_\_\_\_\_

"Informação \_\_\_\_\_

Enquadramento dos factos: \_\_\_\_\_

Considerando que, o município de Montalegre cedeu gratuitamente através de auto de cessão, há mais de vinte anos um conjunto de habitações sitas no lugar da Borralha, em Salto, aos trabalhadores e seus descendentes que trabalharam nas Minas da Borralha e que aí residiam de forma permanente; \_\_\_\_\_

Considerando que, essas habitações foram degradando-se e apesar da posse precária que os moradores e cessionários desses prédios detinham foram porém aos poucos travando essa degradação e investindo na recuperação dessas habitações, ainda que não tivessem um título definitivo da posse das mesmas; \_\_\_\_\_

Considerando que, mercê dessas pequenas intervenções que os moradores foram efetuando nesses prédios, estes ganharam novas tipologias e, como tal tornou-se necessário submetê-los ao regime de propriedade horizontal; \_\_\_\_\_

Considerando que, o município foi deste modo e de forma gradual, constituindo esses prédios no regime de propriedade horizontal, dividindo-os em frações que contemplam as casas que constam dos autos de cessão que celebrou com essas famílias de trabalhadores das minas da Borralha e por esta via, possibilitando-se a formalização das respetivas escrituras públicas de cedência gratuita dessas casas doadas por deliberação de câmara ocorrida em doze de junho de dois mil e um, e que estão na posse daqueles, os quais têm aí até hoje, a sua morada de família; \_\_\_\_\_

Considerando que, de acordo com o supra descrito em 05/07/2001, a câmara cedeu gratuitamente por auto de cessão a casa n.º161, sita na no Bairro Novo da Borralha à Senhora Maria de Lurdes Figueiredo, ver doc.n.º1; \_\_\_\_\_

Considerando que, esta cessionária habitou a referida casa de habitação, nela criou os seus filhos e fez toda a sua vida, praticando todos os atos tendentes a cuidar da mesma, pagando luz, água e fazendo pequenas obras de conservação até falecer, sem que durante todo esse tempo



em que teve a posse dessa habitação, o Município tivesse concretizado a formalização definitiva da escritura definitiva de doação da referida casa; \_\_\_\_\_

Considerando que, a cessionária já falecida, tinha em vida doado de forma verbal ao seu neto, António Teixeira da Silva a referida casa, com a concordância dos demais herdeiros porque foi este que sempre cuidou dela até à sua morte e passou a cuidar da referida habitação, evitando a sua degradação, ocupando-a sem oposição de nenhum dos herdeiros, pagando todas as despesas correntes, ver doc. n.º2; \_\_\_\_\_

Considerando que, por escrito particular os herdeiros legítimos da cessionária, Maria das Dores Figueiredo Teixeira Soares e Maria Figueiredo Teixeira da Silva, vieram prescindir do direito à referida habitação, reconhecendo que a vontade da sua falecida mãe, era efetivamente que a casa de habitação fosse atribuída ao neto António Teixeira da Silva, a quem a tinha doado por ter cuidado dela e desta forma ter a posse da habitação há mais de 15 anos, praticando todos os atos de conservação e nela habitando, pagando todas as despesas como água, luz, reparações, etc., ver doc. n.º 3; \_\_\_\_\_

Considerando que, mercê da constituição em propriedade horizontal do referido prédio, a casa cedida à *de cujos*, identificada como casa de habitação n.º161, corresponde atualmente à fração inscrita na matriz sob o artigo 1825 – C, e está descrita na conservatória do registo predial a favor do município de Montalegre sob o n.º193/220888, com o valor patrimonial atribuído de 3.075,45€, uma área de implantação de 160 m2 e com as seguintes confrontações: Norte, Sul, e Poente com – arruamento público e Nascente com domínio público municipal. \_\_\_\_\_

Considerando que, após o falecimento da cessionária, o requerente António Teixeira da Silva, é quem continua a cuidar da referida habitação, lá morando e praticando atos de conservação e melhoria desse prédio, evitando assim a sua degradação; \_\_\_\_\_

Considerando que, atualmente o município já constituiu o mencionado prédio em regime de propriedade horizontal, estão reunidos os requisitos para que a fração em causa possa ser transmitida de forma definitiva. \_\_\_\_\_

Considerando que, a câmara nos termos do n.º1 alínea g), do artigo 33.º do Anexo I á Lei n.º75/2013 de 12 de setembro, pode adquirir, alienar ou onerar bens imóveis até 1000 vezes a RMMG; \_\_\_\_\_

Propõe-se: \_\_\_\_\_

1 – Que seja deliberado pelo executivo municipal a cedência gratuita e a respetiva formalização da escritura pública definitiva da casa de habitação n.º161, que corresponde atualmente à fração inscrita na matriz sob o artigo 1825- C, descrita na conservatória do registo predial a favor do município de Montalegre sob o n.º193, com o valor patrimonial atribuído de 3.075,45€, uma área de implantação de 160 m2 e com as seguintes confrontações: Norte, Sul, e Poente com – arruamento público e do Nascente com domínio público municipal, a favor de António Teixeira da Silva; \_\_\_\_\_



2 – Que, da mesma forma, seja legitimada a Senhora Presidente da Câmara, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, ou quem legalmente a substituir, a representar o município na outorga da referida escritura pública de doação, nos termos da alínea a), do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. \_\_\_\_\_

Paços do Município, Montalegre, 8 de setembro de 2024. \_\_\_\_\_

A Chefe da Divisão Administrativa, Maria Fernanda Dinis Moreira. \_\_\_\_\_

À Divisão Administrativa (DA) para os devidos efeitos \_\_\_\_\_

*Esta informação e documentos anexos ficam arquivados no maço de documentos desta ata como doc. n.º 28.* \_\_\_\_\_

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, a cedência gratuita da casa de habitação n.º 161, a António Teixeira da Silva, a sita no lugar da Borralha, Bairro Novo, freguesia de Salto, a qual corresponde atualmente à fração inscrita na matriz sob o artigo 1825-C, descrita na conservatória do registo predial sob o n.º 193, com o valor patrimonial atribuído de 3.075,45€, uma área de implantação de 160 m<sup>2</sup>. Foi aprovado ainda dar legitimidade à Senhora Presidente da Câmara, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, ou quem legalmente a substituir, para representar o município na outorga da referida escritura pública, nos termos da alínea a), do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. \_\_\_\_\_

À Divisão Administrativa para os devidos efeitos. \_\_\_\_\_

### **3.15. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE MONTALEGRE E A FORÇA AÉREA PORTUGUESA – RATIFICAÇÃO.** \_\_\_\_\_

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, um Protocolo de Colaboração celebrado entre o Município de Montalegre e a Força Aérea Portuguesa no âmbito de assegurar a disponibilização de um helicóptero na realização do Campeonato do Mundo de rallycross que teve lugar no Circuito Internacional de Montalegre nos dias sete e oito de setembro. Este documento que se dá aqui por integrado e reproduzido para os devidos efeitos legais. \_\_\_\_\_

Este protocolo, foi objeto de cabimento pela Divisão de Finanças em 2024/09/11 tendo-lhe sido atribuído o n.º 1029. \_\_\_\_\_

*Os presentes documentos ficam anexos ao maço de documentos desta ata, sob a forma de docs. n.ºs 29 e 30.* \_\_\_\_\_

A Senhora Presidente da Câmara interveio sobre este assunto, para dar nota que a colaboração da Força Aérea Portuguesa no mundial de rallycross deveu-se ao seguinte: \_\_\_\_\_

- A câmara, tinha feito um procedimento para a aquisição dos serviços de um helicóptero para as provas porque é um requisito obrigatório, e fê-lo com a única empresa privada que tem capacidade para prestar este serviço, pois é a única que tem helicópteros certificados. Entretanto, ardeu o helicóptero que essa empresa tinha. Os serviços, contactaram todas as entidades que trabalham neste ramo quer em Espanha, quer em França e não havia quem tivesse este equipamento. Por fim, contactou-se a Força Aérea, que, prestou neste âmbito ao município a sua colaboração, mediante uma contrapartida financeira, porém o que fizeram, não



tem preço, pelo que deixa aqui o seu reconhecimento e a sua palavra de gratidão, que estende aos pilotos que vieram, os quais foram inexcelíveis na sua colaboração. \_\_\_\_\_

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar, nos termos do n.º3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a celebração pelo Município do Protocolo de Colaboração com a Força Aérea para disponibilização de um helicóptero na realização do Mundial de Rallycross. \_\_\_\_\_

À Divisão Administrativa para os devidos efeitos. \_\_\_\_\_

À Divisão de Finanças para conhecimento. \_\_\_\_\_

XI

**REUNIÃO PÚBLICA MENSAL**

(cfr. n.º 2 do artigo 49.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

Embora, de acordo com o regimento do órgão, se tratasse de uma reunião pública, não se registou a presença de qualquer interessado/munícipe, conseqüentemente não houve qualquer intervenção neste período. \_\_\_\_\_

XII

**APROVAÇÃO DA ATA SOB A FORMA DE MINUTA**

(cfr. n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

XIII

**ENCERRAMENTO**

E, nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente deu como encerrada a reunião, quando eram dezasseis horas, e para constar lavrou-se a presente ata, e eu, Maria Fernanda Dinis Moreira, na qualidade de secretária, a redigi e vou assinar, junto com a Senhora Presidente da Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

A Presidente da Câmara  \_\_\_\_\_

A Secretária da reunião  \_\_\_\_\_